



## **Estratégias de comunicação das Organizações da Sociedade Civil<sup>1</sup>**

Bona, Nívea Canalli<sup>2</sup>. Faculdade Internacional de Curitiba

### **Resumo**

A organização sócio-econômica-política do Brasil nos anos 90 e 2000 estimulou a institucionalização das organizações da sociedade civil. Surgem, de maneira formal, fundações, organizações não governamentais, institutos e associações advindas de movimentos sociais e de outros grupos. Esse estudo pretende analisar os conceitos e ações que permeiam e definem a relação dessas organizações com a imprensa. O objetivo é iniciar uma discussão sobre as opções e estratégias de comunicação escolhidas por esses grupos para divulgar suas atividades e se fazer existir nos meios de comunicação de massa.

### **Palavras-chave**

Estratégias de comunicação; organizações da sociedade civil; meios de comunicação de massa.

### **Corpo do trabalho**

A proliferação de organizações da sociedade civil nas últimas décadas trouxe à tona situações no campo da comunicação que antes passavam despercebidas. Movimentos sociais tornaram-se organizações não-governamentais (ONGs), entidades filantrópicas tornaram-se organizações civis de interesse público (OCIPs) e diversas empresas criaram fundações. A partir dessa realidade surge a pergunta: como essas organizações relacionam-se com os meios de comunicação de massa? Como isso acontecia e quais mudanças foram surgindo juntamente com a institucionalização das organizações da sociedade civil? Para entender esta nova realidade e procurar responder a estas perguntas, procedeu-se ao estudo de uma organização da sociedade civil: a Chácara Meninos de Quatro Pinheiros. Situada na Região Metropolitana de Curitiba, a Chácara abriga mais de 70 meninos de rua e é uma das organizações que possui relacionamento freqüente com os meios de comunicação de massa regionais.

As organizações da sociedade civil<sup>3</sup> e a grande imprensa

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado para a Sessão de Temas Livres do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, consultora em comunicação empresarial e docente da Faculdade Internacional de Curitiba



Há pouco mais de 10 anos não se via, ouvia ou mesmo lia na grande imprensa notícias - positivas ou negativas – sobre iniciativas da sociedade civil. O setor que acabou por ser nomeado de Terceiro – por não se adequar aos conceitos de mercado ou Estado, não tinha força e técnica para colocar notícias e, mesmo a grande imprensa, não tinha os olhos voltados para esse grupo. A questão é que nos últimos anos esse cenário tem mudado. Mais organizações da sociedade estão se posicionando nos meios de comunicação social (MCS) e, por meio de um trabalho de comunicação profissional e contínuo, têm colocado suas pautas na mídia. Mas, ainda assim, em vistas da grande enxurrada de informação recebida ou transmitida atualmente, a quantidade de notícias é pequena. As razões podem vir de uma história conturbada entre os Movimentos Sociais (berço de muitas organizações da sociedade civil atuais) e a grande imprensa, que tem donos coligados ao capital e ao Estado.

“As relações entre meios de comunicação e governo militar a partir de 1964 foram sempre (ou quase sempre) íntimas. Em 1942 fecharam no país 62 jornais, enquanto, a partir da ‘revolução’ bem poucos. Todas as grandes corporações de comunicação nasceram ou se desenvolveram por essa época sob o frondoso manto protetor do autoritarismo. A imprensa não teve então a dimensão libertária de resistência democrática que se canta”. (CAVALCANTI FILHO, 1993)

Mas, por outro lado, percebe-se atualmente uma efetividade maior na visibilidade dada pelos meios de comunicação de massa aos trabalhos desenvolvidos por entidades como *Greenpeace*, *World Wildlife Fund* - WWF, Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS e IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Econômicas, com o Ação contra a Fome.

Para se traçar o cenário da relação dos movimentos sociais com os meios de comunicação de massa é necessário que conceituemos o trinômio Estado, mercado e sociedade civil.

A reflexão de Karl Marx, no século XIX, supõe o Estado como um co-partícipe da dominação de parcela da população – os trabalhadores ou proletários, por outra parcela da população, os empresários ou burgueses. Assim, num cenário de confronto, tinha-se de um lado o Estado-regulador das relações desempenhando o papel de guardião do *status quo* de dominação de um grupo social sob outro. Gramsci, em 1930, vivendo uma outra situação política, elabora sua teoria marxista ampliada do Estado.

---

<sup>3</sup> Chamaremos aqui de organizações da sociedade civil, as organizações que são formadas por indivíduos da sociedade que não fazem parte da organização estatal ou do mercado. No decorrer do trabalho essa nomenclatura será melhor explicada



Segundo Simionatto (1995, p. 64), “para o primeiro, [Marx] o Estado é um aparelho coercitivo, instrumento de dominação, para o segundo [Gramsci] o Estado não é algo impermeável às lutas de classe, mas é atravessado por elas”. Essa renovação da teoria do Estado é pautada pela crescente participação de organizações de massa nas decisões políticas na Itália da época de Gramsci.

Assim o papel do Estado alterna-se, no decorrer da história humana, de regulador das relações entre o povo, os que não tinham acesso às decisões, à cúmplice de um grupo social dominador, antagônico à grande massa.

A modernidade do Estado constitucional do século XIX é caracterizada pela sua organização formal, unidade interna e soberania absoluta num sistema de Estados e, principalmente, pelo seu sistema jurídico unificado e centralizado, convertido em linguagem universal, por meio, da qual o Estado comunica com a sociedade civil. (SANTOS, 2001, p. 117)

As reflexões de Gramsci partem da existência de duas esferas distintas: a sociedade política e a sociedade civil. O conceito que envolve a expressão de sociedade civil surge da definição de que “é o espaço onde se organizam os interesses em confronto, é o lugar onde se tornam conscientes os conflitos e as contradições” (SIMIONATTO, 1995, p. 66). Mais tarde Gramsci inclui em suas reflexões sobre o Estado a sociedade econômica, isto é, o mundo produtivo ou, como chamado neste trabalho, o mercado.

Cabe aqui esclarecer também em que consiste a expressão “povo”. Ao mesmo tempo em que se incluem no “povo” as diversas classes sociais, não se deve confundir-lo com um simples grupo de pessoas, massa. A concepção de povo, primordialmente divinificada, vai configurando, com o passar da história, um formato de massa pensante, com vontade própria, muito mais concreta do que divina como atesta Ribeiro (1993, p. 124):

Aqui temos o defeito maior, a olhos marxistas, da história romântica: o povo não pode ser pensado como a encarnação do verbo divino ou natural, em suma, à imagem de Cristo feito homem; ele, que só existe no espaço em que luta, não pode, pois ser instrumento de uma verdade que ultrapasse, transcendendo este mundo. (...) para Marx, ao “povo” (...) não cabe o papel crístico que consistiu em manifestar um saber santo e superior, porém o de lutar na arena em que se constrói, agonicamente, a sociedade.

Vê-se, no decorrer dos anos e de acordo com os movimentos culturais e artísticos, uma mudança de formato e de papel social nas relações entre Estado,



mercado e sociedade civil (esta dividida entre a maioria dos cidadãos - o povo, e um grupo menor, dominador dos bens de produção - a elite).

A relação mais comum entre essas esferas, presente na realidade brasileira nas últimas décadas, foi a do Estado como força coercitiva e reguladora das relações econômicas e sociais. O Estado aliado ao mercado (normalmente formado pela elite detentora do poder econômico) dominando o povo. O momento atual sinaliza uma transformação dessa relação mostrando um Estado mais participativo, democrático, consensual. Esse novo agir surge da incapacidade do Estado de gerir suas lacunas de deveres e da maior organização da sociedade civil a fim de preencher essas “falhas” e tomar seu lugar nos processos decisórios. Simionatto (1995, p. 68), afirma que

Em qualquer forma de Estado moderno, as funções de hegemonia e dominação, ou coerção e consenso, podem ser apontadas. No entanto, o que permite que a postura do Estado seja menos “coercitiva” e mais “consensual”, se imponha menos pela dominação e mais pela hegemonia, depende da autonomia relativa das estruturas e de como se colocam no interior do Estado as organizações de cada esfera.

Desde o início da década de 80 o papel do Estado vem sofrendo algumas mudanças com a participação mais enfática dos setores da sociedade que sempre foram deixados à distância do poder decisório central. O fato que inicia esse processo é fortalecido pela organização dos grupos sociais que fazem parte do povo a fim de participar ativamente das decisões nacionais, com características muito peculiares, conforme afirma Santos (2001, p.124):

É inegável que a reemergência da sociedade civil tem um núcleo genuíno que se traduz na reafirmação dos valores do autogoverno, da expansão da subjectividade, do comunitarismo e da organização autônoma dos interesses e dos modos de vida.

O reflexo mais efusivo dessa tomada do poder pela sociedade civil organizada foi a criação de grande número de organizações da sociedade civil, que também são conhecidas como organizações não-governamentais ou mesmo de organizações do Terceiro Setor, nas décadas de 80 e 90. Atualmente, a visão marxista que trata da luta de classes tem sido revista por diversos pensadores. A definição de burguesia e proletariado não serve aos propósitos classificatórios das relações da sociedade atual. Mas isso não impede que o conflito social continue a existir. Touraine (1998, p. 113), afirma que a “nossa sociedade possui uma economia fortemente associada a relações



sociais e a formas de poder político e que isso nos traz a idéia de desigualdade de oportunidades e exclusão”.

Touraine (1998, p. 121) resgata ainda, como Gramsci e de forma mais atualizada, a idéia de sociedade civil:

(...) é preciso ter consciência de que com esta expressão designou-se durante três decênios um conjunto de atores sociais e políticos que combatiam ao mesmo tempo a dominação capitalista e o estado autoritário. (...) a idéia de sociedade civil é indispensável. Ela designa o lugar das ações coletivas realizadas para libertação dos atores sociais e contra o funcionamento da economia dominada pelo lucro e pela vontade política de dominação. Contra esses dois sistemas de poder, todas as imagens do sujeito buscam criar um espaço autônomo e intermediário.

As transformações que ocorreram nos anos de 1980 e 1990 fizeram com que o Estado abrisse a possibilidade de que organizações compostas por cidadãos, civis, ajudem-no na tarefa de implementar o que a sociedade necessita. Assim, de “rivais”, os movimentos sociais passam a se tornar parceiros do Estado. Essa passagem de antagonismo a protagonismo é bem explicitada por Peruzzo (1998, p. 58)

Num primeiro momento muitos movimentos populares colocaram-se numa posição de antagonismo em relação ao Estado, negando-o em tudo que viesse dele. Dizia-se então que era necessário exigir do poder público e não pedir-lhe a solução de determinados problemas. (...) Mas aos poucos essa postura, própria da década de oitenta, foi mudando. Em muitos casos houve cooptação. Contudo, grande parte dos movimentos tem lutado para garantir a autonomia, sem deixar de negociar ou até de participar de programas públicos de interesse social.

### **A relação do trinômio Estado-mercado-sociedade civil com a Imprensa**

A história da imprensa e da sua relação social no Brasil é contada a partir da grande proximidade desta com a esfera produtiva e com o Estado. A imprensa eletrônica, desde a Ditadura, é formada por concessões do governo a determinados grupos. Essas concessões historicamente privilegiaram grupos econômicos que se colocavam como apoiadores do governo vigente.

“o entendimento dos concessionários e conseqüentemente, da população em geral, é de que se eu ‘posso’ uma rádio, ou TV, faço dela o que quero, digo o que quero e deixo quem eu quero falar, pois afinal isso é ‘meu’. Dane-se a responsabilidade social e dane-se o entendimento do que seja um ‘serviço público’” (BIZ & GUARESCHI, 2005, p. 29)

Além da imprensa eletrônica ser concedida a grandes grupos econômicos apoiadores do governo e partícipes do setor produtivo – o mercado, os jornais também



encontram-se em situação semelhante. Não são concessões do governo, mas mantêm-se economicamente viáveis por meio do envio de grandes verbas publicitárias do governo e de empresas participantes do mercado. Dessa forma, a imprensa de massa – leia-se, nesse trabalho, seus donos – possui profundos e históricos vínculos com os setores do Estado e mercado.

Nesta relação, os movimentos sociais, que viviam postura contrária aos arbítrios do Estado, acabam por não figurar na imprensa. Primeiro porque se negavam a participar de formas de comunicação utilizadas pelo Estado e pelo mercado e, em segundo, porque a própria imprensa, refém do jogo econômico, não oferece espaço a essas organizações. É importante ressaltar que a imprensa é dicotômica. Fazem parte dela, em um grupo, seus donos e a alta cúpula; outro grupo é formado por jornalistas e redatores, quase sempre mais ligados aos movimentos sociais do que ao Estado e ao mercado. Dessa forma, apesar de terem as informações necessárias e a técnica para divulgar as notícias dos movimentos sociais, os jornalistas corriam o risco de perder seus postos caso publicassem. Essa ligação dos jornalistas que trabalham nas redações mais tarde será útil na promoção da comunicação das organizações da sociedade civil.

É inegável o poder de convencimento que a mídia possui na sociedade. Mesmo com o advento da globalização e o nascimento de outras fontes de informação, como a Internet, por exemplo, a televisão, o rádio e o jornal continuam a ser os controladores do pensamento social. Sua hegemonia é menor com a liberação das rádios comunitárias e com a proliferação de meios impressos criados para analisar o papel da própria imprensa, mas ainda assim a política de concessões remete o poder à classe restrita dos dominantes. Mesmo frente ao fervilhamento dos movimentos sociais e organizações e à abertura democrática da expressão, a grande mídia sofre o ranço deixado pela ditadura e pelo poderio desmedido das elites, conforme explica Bordenave (1983, p. 31)

(...) a comunicação tem sido utilizada muito mais para legitimar e manter uma ordem social caracterizada pela exploração das maiorias, pela verticalidade e o autoritarismo das relações, pela demagogia e o apelo às emoções fáceis. O potencial verdadeiro da comunicação está ainda longe de ter sido aproveitado para apoiar o surgimento de uma nova civilização e de um homem novo.

Guareschi (2001, p. 20), um dos mais críticos autores que estudam o poder dos meios de comunicação de massa, sustenta, no final da década de 1990, o papel ainda controlador da mídia massiva. Para ele, a tarefa principal da comunicação de massas é universalizar os interesses das classes hegemônicas, de forma sutil, cativante, cotidiana



através da sugestão, persuasão, imitação e percepção subliminar. MILLS *apud* VIÁ (1983, p. 53) confirma essa postura afirmando que são instrumentos cada vez mais importantes de poder para a elite das ordens institucionais dominantes.

### **As organizações da sociedade civil e suas classificações**

Para entender a relação das organizações da sociedade civil com a grande imprensa ou mesmo com um formato de comunicação mais profissionalizado, é importante buscar algumas definições das raízes e origens de determinados tipos de organizações da sociedade civil. Suas origens mostram como se construiu a relação com a imprensa.

Alguns autores classificam as organizações em relação à sua atividade-fim ou temática de trabalho. Gohn (2000) e Peruzzo (1998) classificam, num primeiro momento, os movimentos sociais e populares.

Peruzzo (1998, p. 44) classifica:

Conceitualmente as expressões movimentos sociais, movimentos coletivos, movimentos populares, movimentos sociais urbanos, movimentos sociais populares, entre outras, são usadas indistintamente, o que talvez reflita sua grande diversidade e heterogeneidade em nossa sociedade. Eles podem agrupar-se da seguinte forma:

- 1-Ligados aos bens de consumo coletivo (...)
- 2-Envolvidos na questão da terra (...)
- 3-Relacionados com as condições gerais de vida (...)
- 4-Motivados por desigualdades culturais (...)
- 5-Dedicados a questão trabalhista (...)
- 6-Voltados a defesa dos direitos humanos (...)
- 7-Vinculados a problemas específicos (...) (PERUZZO,1998, p. 44)

Já Gohn (2000, p. 31)), organizou as ONGs em alguns grupos determinados pela sua forma de ação e tema de trabalho. Chegou-se, então, em quatro grandes grupos: ONGs caritativas que se ocupam de fornecer assistência aos menores, mulheres e velhos; ONGs desenvolvimentistas, que intervêm no meio ambiente e possuem um trabalho internacionalizado; ONGs cidadãs que focam em campanhas educativas e denunciadoras da violação dos direitos sociais (a Anistia Internacional é um exemplo) e ONGs ambientalistas como o Greenpeace e a SPVS.

Visto isso, podemos dividi-las em três grandes grupos:

- filantrópicas ou caritativas;
- as que nasceram de movimentos sociais;

- e ainda é possível identificar um outro tipo, que fica entre o mercado e o Estado: as derivadas de empresas privadas. Essas nasceram recentemente, possuem o mesmo intuito de promover o bem-estar social, meio ambiente ou objetivam financiar organizações que trabalham com causas sociais. Outras ainda voltam seus esforços para as comunidades locais. Essas organizações são reflexo da necessidade das empresas em se adequarem às exigências atuais dos consumidores, que não querem mais somente um produto de boa qualidade, mas querem saber se a empresa que o fabrica ou vende é política, social e ecologicamente correta para poder consumir.

Assim, podemos supor que as organizações que se originaram das filantrópicas e as ligadas a empresas têm livre acesso à imprensa, devido à configuração dessa com os grupos econômicos e à própria profissionalização dessas organizações no que concerne a comunicação com os meios.

Mesmo sendo classificadas de diversas formas, as organizações da sociedade civil institucionalizadas em ONGs, fundações, institutos, associações e outros incluem-se no chamado Terceiro Setor, por não estarem em busca do lucro e nem sob controle efetivo do Estado.

### **O objeto de estudo**

A Chácara Pe. Eduardo Michelis, mais conhecida como Chácara Meninos de Quatro Pinheiros, por se tratar do nome da localidade, abriga a organização institucionalizada como Fundação Educacional de Meninos e Meninas de Rua Profeta Elias. Seu principal foco de atuação é a acolhida a meninos de rua em situação de risco. A Chácara situa-se na área rural do município de Mandirituba, Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. Hoje possui 10 alqueires, seis casas, uma biblioteca, computadores, oficinas de marcenaria, serigrafia e cerâmica; uma granja para oito mil frangos e plantações de milho, feijão e mandioca. Há ainda um tanque para produção de peixes, horta e uma oficina mecânica. Criações de cabritos, vacas e ovelhas também fazem parte da Chácara. Mais de 70 meninos de idades entre oito e 19 anos moram na chácara atualmente. Há um consultório médico e odontológico equipado com modernos aparelhos. Um ortodontista voluntário atende os meninos e a população da região. Médicos de várias especialidades também assistem a saúde dos meninos e da comunidade da redondeza. Em média, nove educadores contratados e um número variado de voluntários estimulam as atividades com os meninos. Atualmente, os



Meninos de Quatro Pinheiros, como são chamados, estão estudando em escolas da região ou esperando o início das aulas do supletivo para começar estudar. Todos são meninos que, antes de morarem na chácara, viveram nas ruas. Amplamente conhecida no setor, dentro das organizações voltadas para a proteção e desenvolvimento de menores em situação de rua, e da grande imprensa paranaense, a chácara nasceu em 1993 da idéia de um ex-seminarista carmelita, Fernando de Gois. A história da chácara confunde-se com a história de seu fundador.

Como visto anteriormente e atestado por Touraine (1998) pode-se dizer que a Chácara nasce a partir do conflito social. O confronto começa na necessidade não satisfeita de morar bem, possuir educação e emprego para sustentação familiar e, com isso, da falência do Estado de prover esses direitos.

As formas de comunicação inauguradas pela Chácara de Quatro Pinheiros podem ser avaliadas como alternativas, a princípio. Passeatas, teatro, cartazes, encenação da Via-Sacra, intercâmbio de estudantes estrangeiros e discussões públicas sobre a problemática do menor foram algumas das iniciativas.

A ânsia por conscientizar a sociedade da problemática sofrida favoreceu a utilização de estratégias de comunicação alternativa ou popular, uma tática utilizada pelos movimentos sociais nos anos de 1980 e 1990, conforme esclarece Peruzzo (1998, p. 115):

(...) criaram-se “instrumentos alternativos” dos setores populares não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto. Era uma comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura então dominante, da chamada grande imprensa. Nesse patamar, a nova comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado, sobretudo, em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas, etc.

Com a visão geral do papel e funcionamento da Chácara, podemos traçar alguns panoramas de classificação quanto a sua origem para analisar sua relação com a comunicação. A princípio, por ser institucionalizada como fundação e estar voltada aos cuidados com crianças e adolescentes em situação de rua, a primeira tentativa é de incluímos nas caritativas. Mas sua origem, construída a partir de pessoas envolvidas, num primeiro momento em movimentos sociais reivindicatórios, e sua proposta pedagógica ser baseada no exercício do pensamento crítico e na politização, sugere que

seja uma organização cidadã. A definição final e aqui acatada deriva do tipo social de seus integrantes: não são pessoas da elite fazendo algo pelos mais necessitados, mas sim pessoas oriundas da base construindo um novo espaço e reivindicando seu direito à cidadania.

A aproximação da Chácara de Quatro Pinheiros com a imprensa começou com a necessidade de se divulgar de forma mais enfática as violências sofridas pelos meninos na rua e a situação social a que estavam expostos. Mas essa aproximação se caracterizou por dois determinantes: a reflexão sobre esse papel dos meios de comunicação de massa que tendiam a favorecer o *status quo* vigente e a ponte realizada entre a organização e a mídia por dois jornalistas. Esses profissionais, Teresa Urban e Élson Faxina, jornalistas que atuavam na mídia curitibana, ao mesmo tempo em que sabiam como a grande imprensa funcionava, tendo trabalhado nela, indicaram o caminho para a Chácara mostrar seus feitos e demandas.

*Conheci o Faxina nas favelas, ele trabalhava na Cúria [Metropolitana]. Aí veio nos ajudar falando sobre os meios de comunicação. Aí teve um período que tinha muita violência, né? Mas muita mesmo. Então a gente achou que não poderia estar intervindo numa ação dessas se você deixasse que a violência ocorresse de braços cruzados. Aí a gente começou a fazer o contato com imprensa.*

*O Faxina fez uma coletiva e pediu para levar os meninos. Foram uns 30 meninos na Casa do Jornalista. Num desses encontros tinha um menino que participou do filme do Pixote. Mas também foi assassinado aqui em Curitiba. E a imprensa conversou, fez a matéria.(...) (Fernando de Góes – in loco<sup>4</sup>)*

A Chácara também optou por utilizar a comunicação alternativa como um trampolim para a de massa. As estratégias utilizadas pelos Meninos de Quatro Pinheiros foram, entre outras, teatros, construções de presépios e passeatas que acabaram servindo de pauta para os veículos regionais.

*(...) a gente achou que estar convertendo a imprensa, trazendo a imprensa para nosso lado para estar divulgando não só ações de violência, mas também mostrando o lado bom da coisa. E a gente começou e foi muito feliz assim nos trabalhos porque a gente já tinha uma boa organização. Porque a imprensa que vinha divulgar os trabalhos se tornava um grande aliado. (Fernando – in loco)*

Já a interferência do profissional de comunicação pode ser o fator motivador de novos estudos referentes à comunicação nas organizações. O papel que o comunicador

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida a autora em 12/02/2003



toma como seu na sociedade é voltado muitas vezes para a mediação social. Soares esclarece isso:

Se para boa parte dos pesquisadores e cientistas sociais, todo comunicador é um mediador, a consciência sobre esse papel junto aos profissionais surgiu e ganhou dimensões públicas, apenas com o aparecimento das Organizações Não Governamentais e suas bem-sucedidas intervenções na sociedade, como reconhecimento do papel social das empresas e suas relações com o meio ambiente e, finalmente, com o entendimento da educação como processo comunicacional. (SOARES in DIDONÉ, 1995, p.107)

A influência dos dois profissionais de jornalismo na comunicação de Quatro Pinheiros é fundamental para traçar os motivos que levaram a fundação a se comunicar de forma alternativa com a comunidade próxima e com a grande imprensa para atingir a opinião pública como um todo.

Herdeira que é dos movimentos dos anos 70, como vimos em sua história, Quatro Pinheiros, através de seu coordenador, educadores e dos próprios meninos, detinha um formato de linguagem voltado para valores, ideologias e reivindicações sociais. Transformar essa linha de expressão em notícia ou mesmo em veículos como livros e jornais era um desafio para quem não conhecia as formas que a linguagem utilizada pelo mercado toma. Para abarcar algumas conquistas era preciso “aparecer”.

A assessoria mesmo que informal dos dois profissionais deu o empurrão necessário para que a Chácara dos Meninos de Quatro Pinheiros fizesse sua caminhada em direção aos meios de comunicação de massa e à divulgação de suas conquistas.

*(...) Procuo o pessoal da Ciranda<sup>5</sup> ou eu mesmo entro em contato com os jornalistas que passaram por aqui. A gente tem procurado a imprensa hoje muito mais para divulgar o trabalho. No começo foi por uma necessidade de mostrar a realidade de sensibilizar as pessoas. Hoje são os eventos: encontros com as famílias, viagem para fora que eles foram. Coisas que acho importante, eu ligo. Não no sentido de aparecer o trabalho da chácara, mas para mostrar para a sociedade que é possível resgatar e incentivar outras pessoas. Isso tem ajudado muito as entidades a conhecer o trabalho e aproveitar um pouco da nossa experiência. (Fernando – in loco)*

Os contatos com a imprensa foram se intensificando e hoje os Meninos de Quatro Pinheiros são pauta para muitas matérias veiculadas na mídia. Esse processo fez a Chácara passar a existir nacionalmente provocando visitas de pessoas de outros estados que querem conhecer a proposta e multiplicá-la em suas localidades, motivou a

---

<sup>5</sup> Organização não governamental que atua na disseminação de notícias e confecção de clippings de notícias que abordam temas como o menor em risco, adolescência e similares.



vinda de voluntários para trabalhar na chácara e, principalmente, trabalhou a auto-estima tanto dos meninos quanto da comunidade estabelecida ao redor da chácara.

### **Referências bibliográficas:**

BIZ, Oswaldo; GUARESCHI, Pedrinho. Mídia e democracia. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. Além dos Meios e Mensagens - Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. Petrópolis: Vozes, 1994.

Comunicação e Política: a ação conjunta das ONGs. DIDONÉ, Iraci Maria; Menezes, José Eugênio (org.). São Paulo: Paulinas, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1997

GOHN, Maria da Glória. Os sem-terra, Ongs e cidadania. São Paulo: Cortez, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho. Comunicação e controle social. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo (org.) Discurso por controles democráticos ao poder dos meios de comunicação. In: **Informação e Poder: ampla liberdade de informar x responsabilidade no exercício dessa liberdade.** São Paulo: Record, 1993. (págs. 27 a 63)

PERUZZO, Maria Cecília Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. A última razão dos reis. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

TOURAINÉ, Alain. Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes. Trad. Jaime A. Classen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIÁ, Sarah Chucid da. Opinião Pública – Técnicas de formação e problemas de controle. São Paulo: Loyola, 1983.

Entrevistas

Élson Faxina  
Fernando Francisco de Góis  
Teresa Urban